

DÉBORA CAVALCANTI

PhD em Planejamento Urbano  
Professora da FAU/UFAL  
debora\_cavalcanti@hotmail.com

#### APROPRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO ESPAÇO HABITADO:

Enfoca o espaço habitado em suas múltiplas conformações, configurações e dimensões concretas como resoluções de necessidades e exigências sociais (históricas, políticas, econômicas e culturais), assim como campo de desenvolvimento de novas sociabilidades e de organização social.\*

IMPETO | 7

\*Apresentação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFAL.  
Disponível em:  
<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fau/pos-graduacao/mestrado-em-dinamicas-do-espaco-habitado/proposta-do-programa>

## ARQUITETURA E URBANISMO PARA A PAZ: CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIABILIDADE E A CONVIVÊNCIA

### I. VIOLÊNCIA E URBANIZAÇÃO

A sociedade atual é fruto dos acontecimentos históricos que foram pouco a pouco tornando a humanidade menos violenta em um processo civilizatório (civitas = cidade). No entanto a fraternidade como atributo da humanidade vê-se repetidamente sendo ultrapassada pela selvageria (ANDRADE, 2015). Na cidade fragmentada do século XXI impera a intolerância, os territórios de exclusão e de preconceito com o diferente. O aumento populacional e o modelo de desenvolvimento que usa a violência para expropriar a força de trabalho e os recursos naturais tendem a agravar os contrastes sociais, afastando a humanidade de uma possível fraternidade. Qual é o papel, então, da arquitetura e do urbanismo para o espaço habitado neste contexto?

Brandão (2005) discorre sobre os papéis que os arquitetos assumiram no decorrer da história, desde o arquiteto-sacerdote na Antiguidade ao arquiteto do estado na Revolução Industrial que tratava de resolver os problemas decorrentes da crescente e acelerada urbanização. O século XX viu emergir a figura do arquiteto liberal que, salvo exceções, não cria vanguardas mas se adequa à cultura homogeneizante dominante e se submete ao mercado e acaba se transformando, como todos os seres humanos em apêndices do capital (ROGGERO, 2010). Apesar de haver alguma reação à essa subordinação às relações materiais, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, tendencialmente os arquitetos e urbanistas trabalham para os grupos dominantes, sem críticas, deixando em segundo plano as questões urbanas como palco de ação estratégica (MARCONDES, 2013). Sendo assim este artigo trata de debater o papel da arquitetura e do

urbanismo na construção de sociabilidades, de uma contracultura à violência, mostrando alguns casos onde a construção de uma relevância social se materializa através de projetos de melhoria na qualidade de vida dos habitantes e de resolução dos problemas espaciais das aglomerações urbanas nas diferentes escalas e características (VIEIRA MARAGNO, 2013). Estes projetos tratam de promover uma cultura de paz necessária na contemporaneidade marcada pela violência, isolamento e dilapidação do patrimônio natural, material e imaterial própria do modelo de desenvolvimento. A sociedade atual carece de estímulos a uma maior integração entre as diferentes culturas e modos de vida. A homogeneização e globalização de pressupostos universais distanciam a arquitetura e o urbanismo das questões locais, relativizando a relevância social da arquitetura e do urbanismo.

Recuperando os objetivos da arquitetura e do urbanismo Frei Otto, citado em Figuerola (2002), afirma que a tarefa da arquitetura é permitir que a humanidade viva em harmonia com o planeta Terra. Além das questões sociais já descritas, a relação com o meio ambiente tem uma importância fundamental para o presente e futuro da vida na Terra. O aquecimento global, a contaminação dos alimentos por agrotóxicos e a destruição dos cursos d'água são ameaças à vida humana e animal. Quando Otto fala da harmonia que a arquitetura deve promover com a natureza, sua inspiração provinha do movimento verde, da filosofia e da arte na Alemanha após a 2ª Guerra Mundial (FIGUEROLA, 2002). Naquele momento havia dúvidas e questionamentos sobre a

forma como as cidades estavam sendo reconstruídas, e se buscava não cometer os mesmos erros que colaboraram com as rupturas sociais que estiveram na gênese da guerra: expansão agressiva de mercados, crise econômica, fascismo, governo antidemocrático, indústria de armamentos, repúdio às políticas de justiça social como uma ameaça à liberdade individual e preocupação com a propriedade privada. Estas questões, de maneira inquietante, estão presentes 70 anos depois nas relações sociais atuais e na forma como a política urbana é gerida.

Partindo desse pressuposto e observando o contexto de um Brasil que vem se modificando drasticamente nos últimos anos, exacerbando diferenças entre setores da população, constata-se a necessidade de um maior diálogo entre o público e o privado e uma participação ativa, em especial, daquelas pessoas cujas vozes nunca foram ouvidas ou levadas em consideração. Vive-se e propaga-se a ideia da anticidade, onde os condomínios fechados viraram o sonho de toda população, o que vem enfraquecendo o tecido social. Neste sentido, acredita-se que a diversidade, palavra mágica preconizada ainda nos anos 1960 por Jane Jacobs como uma crítica ao funcionalismo extremado, pode ser recuperada e posta em uso como um critério urbanístico auxiliar na promoção da paz entre os cidadãos e com a natureza. O Brasil, em especial Alagoas, apresenta um déficit considerável de participação nas questões urbanas. Não há espaços de debate por que os governos não se

**Figura 1:** Petare, Caracas  
**Fonte:**  
[www.archdaily.com.br/br/756317/como-o-projeto-espacos-de-paz-esta-transformando-os-espacos-comunitarios-na-venezuela](http://www.archdaily.com.br/br/756317/como-o-projeto-espacos-de-paz-esta-transformando-os-espacos-comunitarios-na-venezuela)



abrem a essa participação real, os convites à participação, quando eles existem, são em sua maioria, apenas informação do que já está decidido ou infelizmente o debate gira em defesa de direitos e privilégios locais ou individuais. Há um dilema entre aqueles que defendem um estado forte interveniente e aqueles que acham que o setor privado deve ter ampla liberdade (JANOT, 2015). O importante é entender que se faz necessário um processo de negociação de interesses e poderes diversos, no qual cada um terá que convencer o outro e ao mesmo tempo ceder para que se alcance alguma solução que resgarde direitos e conserve o meio ambiente para o presente e futuras gerações. Três acontecimentos recentes na vida da cidade de Maceió demonstram esse descaso com a participação: a construção do marco da cidade no antigo Alagoinha, a desocupação forçada da Vila dos Pescadores e o processo de verticalização do Litoral Norte. Não houve espaço para debate, outras ideias poderiam ter sido discutidas e talvez outras soluções menos agressivas às pessoas e ao ambiente pudessem ter sido tomadas. Estes fatos revelam o baixo grau da democracia local, onde setores dominantes regem a gestão urbana da cidade, reafirmando cada vez mais o caos em que se vive: trânsito insuportável, cursos d'água contaminados, destruição de identidades locais, lixo ameaçando a saúde de todos, enclaves de pobreza, poucos espaços públicos de qualidade, ausência de espaços verdes, ênfase no individualismo e pequeno grau de civilidade e gentileza urbana. É importante superar ideologias e entender que a cidade é um bem comum e todos devem ser agentes ativos na sua construção. Se faz necessária uma gestão urbana transparente e ágil que não sucumba ao determinismo financeiro em detrimento de uma cidade mais justa com seus cidadãos e amiga da natureza.

## 2. EXEMPLOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO COMO PROMOTORES DA PAZ

Ao fazer uma breve investigação para o desenvolvimento deste artigo, foi possível encontrar exemplos de como alguns arquitetos e urbanistas estão preocupados em utilizar a profissão como um coadjuvante de peso na definição de novas sociabilidades, convivências e vida coletiva. O primeiro exemplo vem da Venezuela que, já em uma segunda edição, inaugura em cinco cidades os projetos Espaços de Paz. A experiência baseia-se em um exercício prático de desenho participativo, onde 20 coletivos latino americanos de arquitetura estiveram durante cinco semanas trabalhando com comunidades de bairros dominados pela violência, pelo abandono escolar e delinquência. O objetivo é converter espaços deteriorados e abandonados em espaços públicos de paz (Figura 01).

O segundo exemplo vem da Síria onde estudantes de arquitetura criaram a "Escada da Paz" para trazer alguma cor na vida de cidadãos que convivem com a guerra civil (Figura 02 e 03). Alunos e professor escolheram a escada mais comprida de sua cidade e ao transformarem-na numa alegre obra de arte, modificaram radicalmente a paisagem, trazendo esperança e enfrentamento das irracionalidades humanas e políticas enfrentadas no cotidiano dos diferentes países.



O terceiro exemplo vem de São Paulo, com o escritório de arquitetura que possui o blog Arquitetura da Convivência cujo objetivo principal do seu trabalho é construir espaços de convívio, construindo a cidade no coletivo, na junção e oposição de diferentes interesses. A ideia é gerar espaços urbanos para melhorar a qualidade de vida buscando a construção de uma cidade mais funcional e acolhedora. O escritório trabalha com o setor imobiliário no sentido de humanizar e qualificar os projetos arquitetônicos e urbanísticos do setor privado mas também se envolve com projetos comunitários e públicos (Figura 04).

**Figura 2 e 3:** Escada da Paz,  
Síria  
**Fonte:**  
<http://www.arquiteturadaconvivencia.com/blog/2014/5/23/escada-da-paz-na-siria>



**Figura 4:** Parque Linear  
Córrego Verde Vila  
Madalena  
**Fonte:**  
<http://www.arquiteturadaconvivencia.com/parque-linear-corrego-verde-vila-madalena>

### 3. ARQUITETURA E URBANISMO PARA A PAZ

Pôde-se observar nos exemplos apresentados experiências práticas de arquitetos e urbanistas que, por iniciativa própria, críticos de sua ação ou apoiados pelo setor público, atuaram em comunidades e para empresas com a preocupação de transformar espaços conflituosos ou ociosos em espaços promotores de paz e convivência. Estes espaços de sociabilidade são de grande importância para a promoção de uma cultura de paz em falta nos dias atuais de pouca gentileza e humanidade dentro das cidades. Alguns aspectos promotores da cultura de paz, portanto, podem ser considerados e incorporados na prática profissional do arquiteto e urbanista. Os espaços produzidos devem ser auxiliares na promoção da sociabilidade, mas se eles não se constituírem em barreiras já é um grande passo. Os espaços não devem ser excludentes em termos de gênero, gerações, etnia ou condição econômica, pois são nos espaços flexíveis e diversos que a tolerância e a convivência se consolidam. O exercício da democracia e do respeito ao outro devem ser considerados na concepção e gestão dos espaços coletivos. A escala é algo extremamente importante na definição do tamanho e do alcance do espaço

público. Experiências demonstram (CAVALCANTI, 1994; EQUIPO EDITORIAL, 2015) que a vizinhança na sua esfera micro local é mais efetiva enquanto espaços propícios ao desenvolvimento da pertença, identidade e solidariedade. Estudos mostram a efetividade do espaço usado e visto como um critério de segurança pública (JACOBS, 2000; CALDEIRA, 1997). O desenho urbano, portanto, deve estar a serviço da convivência e da troca, e os atuais e futuros arquitetos e urbanistas deveriam questionar sua posição com relação à cultura da paz e se sua produção contribui para o afastamento, a intolerância com o diferente e o isolamento ou para a paz e a sociabilidade. A qualidade de vida das pessoas que ocuparão as edificações e espaços urbanos projetados por arquitetos e urbanistas, assim como os aspectos históricos, culturais e ambientais da região onde a construção está sendo planejada, são tão importantes quanto as questões técnicas na elaboração dos projetos (DE ANDRADE et al., 2009). Os lugares devem propiciar abrigo, conforto, tranquilidade e uma série de sensações positivas nos usuários para um mundo melhor para todos e vida longa na terra.

#### REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. B. **Cidades em guerra**. Drops, São Paulo, ano 16, n. 095.01, Vitruvius, ago. 2015 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/16.095/5628>>. Acesso em: 2 ago. 2015.
- BRANDÃO, P. **Profissão de Arquitecto – Identidade e Prospectiva – Estudos de Caso**. Tese (Doutorado). Barcelona: Universidade de Barcelona, 2005.
- CAVALCANTI, D. B. **La rue de l'habitat populaire et ses formes de appropriation**. Dissertação (Mestrado). Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain, 1994.
- CALDEIRA, T. P. R. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. Novos Estudos Cebrap, 47, 155-176, 1997.
- DE ANDRADE, L. T.; JAYME, J. G.; DE CASTRO ALMEIDA, R. **Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles**. Cadernos Metrópole. ISSN (impresso) 1517-2422;(eletrônico) 2236-9996, n. 21, 2009.
- EQUIPO EDITORIAL. **"Espaços de Paz 2015: cinco cidades, cinco comunidades, vinte coletivos de arquitetura"** [Espacios de Paz 2015: cinco ciudades, cinco comunidades, veinte colectivos de arquitectura] 04 Jul 2015. ArchDaily Brasil. (Trad. Camilla Sbeghen) Acessado 9 Ago 2015. <http://www.archdaily.com.br/br/769220/espacos-de-paz-2015-cinco-cidades-cinco-comunidades-vinte-coletivos-de-arquitetura>
- FIGUEROLA, V. **Uma arquitetura para a paz**. Revista AU, São Paulo, Edição 102, jun. 2002. Entrevista. Disponível em <http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/102/uma-arquitetura-para-a-paz-23791-1.aspx>. Acesso em: 7 jul. 2015.
- JACOBS, J. **The death and life of great american cities**. Londres: Pimlico, 2000.
- JANOT, L.F. **Cidades ameaçadas**. Drops, São Paulo, ano 16, n. 095.02, Vitruvius, ago. 2015 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/16.095/5636>> Acesso em: 3 jul. 2015
- MARCONDES, L. **Por que a sociedade não valoriza o trabalho do arquiteto?** Revista AU, São Paulo, Edição 231, jun. 2013. Seção Fato e Opinião: Exercício profissional. Disponível em <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/231/artigo290413-1.aspx>>. Acesso em: 15 mai. 2015.
- ROGGERO, R. **A vida simulada no capitalismo: formação e trabalho na arquitetura**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- VIEIRA MARAGNO, G. **Quase 300 cursos de Arquitetura e Urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade? Algumas questões sobre qualificação e ensino no Brasil**. Arqtextos, São Paulo, ano 14, n. 161.07, Vitruvius, out. 2013. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.161/4930>>. Acesso em: 15 mai. 2015.